

ROHINGYAS: ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS ESTUDOS CRÍTICOS E FEMINISTAS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

ROHINGYAS: ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF CRITICAL AND FEMINIST STUDIES OF INTERNATIONAL SECURITY

Por Nathaly de Almeida Pedrini, Emily Rafany Brito Muniz Teodoro e Bruna Yoshimi Hasebe Komatsu*

Resumo: Tendo como fio condutor a Escola Galesa de Estudos Críticos e os Estudos Feministas de Segurança Internacional, o artigo analisa a crise de 2017 dos refugiados Rohingya. Em mais uma crise humanitária no Mianmar, cerca de 740 mil pessoas da minoria étnica Rohingya fugiram de uma onda de abuso de militares e demais etnias para Bangladesh. Dessa maneira, através de uma revisão bibliográfica com enfoque explicativo, o presente artigo tem como objetivo identificar as causas da migração forçada do povo Rohingya, bem como analisar as fontes de insegurança de pessoas em situação de migração forçada, demonstrando quando o Estado não só falha em garantir a segurança como, também, é a fonte de ameaça.

Palavras-chave: Rohingya. Segurança Internacional. Estudos Críticos.

Abstract: Following the Welsh School of Critical Studies and Feminist International Security Studies, the article analyses the 2017 Rohingya refugee crisis. In yet another humanitarian crisis in Myanmar, around 740,000 Rohingya people fled Myanmar to Bangladesh, after a wave of abuse by the military and other ethnic groups. Thus, through an explanatory bibliographic review, this article aims to identify the causes of forced migration of Rohingya people, as well as to analyze the sources of insecurity of people in forced migration situation, proving when the State not only fails in ensuring security but, as well, is the source of threat.

Keywords: Rohingya. International Security. Critical Studies.

1 INTRODUÇÃO

Os Rohingyas, minoria étnica muçulmana, assim como outras minorias étnicas e religiosas no Mianmar, têm sofrido uma série de abusos e violações de direitos humanos por décadas no país, que possui maioria budista. Desde a década de 1970, centenas de milhares de pessoas desta etnia fogem da perseguição em Mianmar por parte dos militares e, também, da discriminação de outras etnias, procurando refúgio principalmente em Bangladesh, Índia, Malásia e Tailândia. O governo birmanês impôs restrições à liberdade de movimento, casamento, natalidade e outros aspectos do cotidiano. Negaram acesso à cidadania por lei desde 1982, sendo a maioria dos Rohingyas considerados apátridas. O governo do Mianmar

* Graduandas em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

nega a identidade étnica e os considera como imigrantes ilegais de Bangladesh, apresentando-os como uma ameaça existencial à cultura budista (FORTIFY RIGHTS, 2017).

Neste contexto, em 2017, mais uma crise humanitária se instaurou no país, quando cerca de 740 mil Rohingya fugiram de uma onda de violência e discriminação sistêmica no norte do estado de Rakhine. Buscaram refúgio no distrito de Cox's Bazar, em Bangladesh, onde se juntaram a 200 mil refugiados Rohingya de ondas anteriores de deslocamento, alojados em campos superlotados. O campo de refugiados de Kutupalong, localizado no distrito, conta atualmente com mais de 600 mil refugiados, sendo o maior e mais densamente povoado assentamento de refugiados do mundo, trazendo desafios de proteção, principalmente em relação à segurança de mulheres e meninas. E, ainda, cerca de 600 mil Rohingya continuam em campos e vilas no Mianmar, privados de direitos básicos (ACNUR, 2018; HUMAN RIGHTS WATCH, 2019a). Fugindo ou permanecendo, os Rohingya estão em constante estado de insegurança, onde o próprio Estado não apenas falha em mantê-los seguros, mas também seus agentes militares são a principal fonte de insegurança.

Reconhecendo a magnitude da crise humanitária instaurada em curto período no Mianmar, o objetivo deste artigo é identificar as causas de tal conjuntura, bem como analisá-las por meio de dois importantes estudos de Segurança Internacional: os estudos feministas e a Escola Galesa de Estudos Críticos. A metodologia a ser utilizada será a revisão de bibliografias de textos voltados para a Segurança Internacional. Quanto à estrutura, o artigo está dividido em três seções para além da introdutória: contextualização histórica do Mianmar pós-independência e o histórico de perseguição ao povo Rohingya; os aspectos gerais dos estudos críticos e feministas em Segurança Internacional e, ainda, a análise da crise humanitária de 2017 do povo Rohingya à luz das teorias apresentadas. Por fim, são expostas as considerações finais acerca do estudo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MIANMAR E DO POVO ROHINGYA

Mianmar, originalmente conhecido como Birmânia, é um país localizado no sudeste asiático. Colônia britânica entre 1824 e 1948, sua formação estatal se deu de modo desigual, uma vez que as diferentes questões religiosas e étnicas de seu povo foram ignoradas por seus colonizadores. Essa formação desigual do Estado teve como consequência o fomento de movimentos separatistas, formados por grupos que não se sentiam integrantes do país, havendo grupos pacíficos e grupos armados (os quais são denominados pelo governo birmanês como terroristas). Dessa forma, há uma dificuldade em unir as várias etnias sob um mesmo governo, o que acaba por resultar em problemas sociais, econômicos, entre outros (NUNES; LEONEL; SILVESTRE, 2018).

A população do Estado de Mianmar, com cerca de 55,6 milhões de pessoas, possui uma grande diversidade de religiões e etnias. São reconhecidos, constitucionalmente, 135 grupos étnicos dentro do território birmanês, com 5 grandes grupos étnicos que se subdividem em grupos menores, sendo estes: 68% da etnia Birmanesa; 9% da etnia Shan; 7% da etnia Karen; 4% da etnia Rakhine (não estando incluso nessa contagem os Rohingya), e; 2% da etnia

Mon. Os outros 10% são de etnias menores, que incluem Chineses e Indianos que moram em Mianmar. Sendo a maior parte da população da etnia Birmanesa de religião budista, são eles que ocupam os cargos importantes no governo e que, por terem influência nas Forças Armadas, desenvolvem grande vantagem social e política em detrimento das demais etnias do país.

A etnia Rohingya, de maioria muçulmana, com um entorno de 1,2 milhão de pessoas até 2017 e instalada, principalmente, no estado de Rakhine, é o povo mais desumanizado pelo governo. Não existe um consenso sobre sua origem no Estado birmanês. A mais difundida é que são descendentes de comerciantes árabes que se instalaram na região no século X. Já a narrativa oficial do governo afirma que são imigrantes ilegais de Bangladesh trazidos durante a colonização. Com essa percepção, apesar da Constituição de 1948 considerar os Rohingyas como nacionais de Mianmar, após o golpe militar de 1962 essa cidadania foi retirada. Em 1974, com a nova Constituição, os Rohingyas passaram a ser denominados imigrantes ilegais, pois não fazem parte de uma das 135 etnias nacionais reconhecidas. Por não serem considerados cidadãos, os Rohingyas têm a maior parte dos seus direitos negados, sofrendo discriminação por parte do resto da população que segue sendo apoiada pelo governo. Possuem dificuldades de acesso à saúde, educação, segurança e, principalmente, no exercício de sua religião, visto que, desde a década de 1980, suas escolas religiosas e mesquitas são atacadas e destruídas. O governo de Mianmar, através do Conselho Estatal de Paz e Desenvolvimento, aplica políticas restritivas que tem como objetivo expulsar os muçulmanos de Rakhine por meio da desapropriação de terras. Ou seja, a repressão foi institucionalizada contra os Rohingyas, o que resultou em uma migração em massa de cerca de um milhão de pessoas. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera que os Rohingyas são a minoria mais perseguida do mundo e representam 10% de todos os apátridas do mundo (NUNES; LEONEL; SILVESTRE, 2018).

Como resposta a essas perseguições, foi criado o ARSA (Arakan Rohingya Salvation Army, em português: Exército de Salvação dos Rohingya de Arakan), um grupo paramilitar com o objetivo de lutar contra os abusos que os Rohingyas sofrem. De acordo com o governo de Mianmar, o ARSA trata-se de um grupo terrorista que possui ligações com outros grupos fundamentalistas islâmicos, como a Al-Qaeda, e, por isso, lidam de forma extrema contra eles. Já o líder do grupo, o paquistanês Ata Ullah, afirma que o ARSA não tem ligação e nem é financiado por grupos islâmicos. O movimento não possui bases islâmicas e tem como objetivo chamar a atenção do mundo para o descaso e os abusos praticados pelo Estado de Mianmar contra a minoria Rohingya e, principalmente, recuperar e conquistar direitos para a etnia.

Como visto, os Rohingyas já fugiam das repressões desde os anos 1970, porém, após 2017, houve uma maior migração em um período mais breve de tempo. As agências da ONU avaliam que pelo menos um milhão de Rohingyas fugiram de Mianmar para a fronteira com Bangladesh. A ONU estima, ainda, que mais de 1.000 pessoas morreram, enquanto a ONG Médicos Sem Fronteiras afirma que mais de 6.700 pessoas morreram devido às perseguições só no primeiro mês, com os soldados abrindo fogo contra civis em fuga, bem como instalando minas terrestres para impedir o êxodo (NUNES; LEONEL; SILVESTRE, 2018).

3 OS ESTUDOS CRÍTICOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL: A ESCOLA GALESA E OS ESTUDOS FEMINISTAS

A subárea de Estudos Estratégicos de Segurança Internacional se desenvolveu durante a Guerra Fria e foi a corrente teórica preponderante do período. De caráter realista e produzido de maneira positivista, o campo caracteriza a disciplina de Relações Internacionais e, particularmente, a Segurança Internacional como ciências mais objetivas. Para os Estudos Estratégicos, o Estado é o objeto principal da segurança, analisada em termos da soberania, segurança nacional e defesa militarizada. Isto se tornou possível graças ao seu monopólio legítimo do uso da força, que o permite não apenas a capacidade de responder às ameaças externas, mas também de garantir a ordem entre seus cidadãos. Neste sentido, a segurança é vista e sentida enquanto a garantia de cidadania, pois o Estado é o garantidor da segurança, que é determinada a partir de tudo aquilo que não é parte do território nacional, ou seja, tudo aquilo que, sendo externo aos interesses do Estado, se convertem em ameaças (AZEVEDO, 2009).

No entanto, ao final da Guerra Fria, as relações transnacionais e regionais foram impulsionadas e as fronteiras nacionais não mais eram obstáculos para a livre circulação de pessoas, bens, capitais e informações (AZEVEDO, 2009). Com a redução do papel estatal, sua posição como objeto central de segurança foi questionada. Os teóricos dos Estudos Estratégicos desconsideraram o fato de que, por vezes, os sentimentos de medo e de não pertencimento não são causados apenas pelas ameaças externas, mas também, principalmente quando falamos de minorias étnicas, pelo próprio aparato estatal, suas instituições e mesmo os seus nacionais. Esse questionamento também abriu espaço para discutir temas antes marginalizados na agenda internacional, como a questão da hegemonia, emancipação, desigualdade, meio ambiente, conflitos étnicos, entre outros. Assim, o impacto da Guerra Fria nas Relações Internacionais e no subcampo da Segurança Internacional levou ao amadurecimento de correntes críticas que questionavam o conceito realista de segurança.

Consequente, os estudos críticos de segurança apareceram nesse contexto de reorganização das relações internacionais e das relações de poder. O campo ganhou maior notoriedade a partir da publicação do livro de Keith Krause e Michael Williams, *Critical Security Studies: Concepts and Cases*, no final da década de 90. Até então, o termo *estudos críticos de segurança*¹ era um rótulo que abarcava diferentes linhas de pensamentos, como: pós-modernistas, pós-estruturalistas, feministas, construtivistas, etc. Tais correntes são caracterizadas por rejeitarem o conceito tradicional de segurança, propondo novas abordagens que o ampliem e o redefinam, de modo a se adequar à nova realidade. Os estudos críticos de segurança encaram os processos que ocorrem nas relações internacionais como não estáticos, ou seja, os observam como socialmente construídos, portanto, questões de “como?” são a base de seus estudos, as quais só podem ser respondidas por meio de uma nova epistemologia e uma ontologia da segurança que considere a influência não somente das capacidades materiais do objeto para a segurança, mas também a ação das ideias e da

1 Para diferenciar o campo de estudos críticos de segurança, em inglês *critical security studies*, do projeto da Escola Galesa de Estudos Críticos o termo é escrito em minúsculas.

cultura sob este (AZEVEDO, 2009).

Assim, os estudos críticos enquanto campo de estudos, se convergem em três pontos principais: o descontento para com o neorealismo predominante; a necessidade de responder questões que cercam a ordem mundial multilateral sem ter de usar os instrumentos da Guerra Fria; e, a vontade de analisar os problemas de segurança atuais sem se concentrar apenas nos assuntos de *high-politics*. Assim, os autores desse campo propõem uma agenda em que possam “repensar o objeto referente central da segurança; abandonar o enfoque da segurança como estritamente militar; propor um novo método para se estudar a segurança” (AZEVEDO, 2009, p. 41). Tais aspectos servem para compreender os atores internacionais e suas motivações e, dessa forma, desenvolver métodos de combate às possíveis ameaças criadas por eles.

Entre os estudos críticos, destacam-se as contribuições da Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança com Ken Booth e Wyn Jones, também conhecidos como autores de Aberystwyth. Os autores vinculam o termo “crítico” à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, tendo como base a relação sujeito/objeto e a mutabilidade da realidade social, estando preocupada com a emancipação social e a discussão da ética (GOMES, 2017; AZEVEDO, 2009). Assim, aqui Estudos Críticos de Segurança diferencia-se do campo de estudos antes mencionado pela sigla em inglês *Critical Security Studies* - CSS em maiúsculas.

Esses autores referem-se à segurança como um termo pós-estruturalista pois, para eles, o pós-naturalismo é o que une as abordagens críticas. Azevedo (2009, p. 22) afirma que para Booth existe uma “distância crítica e não uma neutralidade completa diante do mundo”, é uma distância que estimula a crítica para “libertar os grupos e os indivíduos das amarras estruturais que os impedem de serem livres, seguros, isto é, de serem emancipados”. Sendo assim, os seus principais pensamentos são baseados na segurança, emancipação e comunidade, e o foco da análise é o indivíduo, que é o sujeito e o objeto da segurança.

Ao partir da ideia de que a segurança é algo sentido e usufruído, em sua completude, pelos próprios indivíduos, os Estudos Críticos de Segurança buscam colocar estes como objeto central da segurança, considerando sua inserção no espaço-tempo, de modo a não serem tratados enquanto sujeitos desprovidos de subjetividades. Neste contexto, Azevedo (2009) destaca três diferentes modos de análise que se atravessam: o indivíduo enquanto pessoa; o indivíduo como cidadão; o indivíduo como objeto da segurança.

A primeira categoria questiona se, de fato, o Estado atua enquanto promotor e defensor dos direitos humanos de seus nacionais, uma vez que nem sempre o aparato estatal garante a plena vivência dos cidadãos, como, por exemplo, em casos de conflitos étnicos. Já a segunda categoria é responsável por trazer uma importante contribuição aos estudos de segurança ao observar o Estado enquanto a principal fonte de insegurança de seus cidadãos. Isso porque muitos dos Estados constituídos pós Segunda Guerra Mundial ainda não possuem suas instituições parcial ou totalmente estabilizadas, o que cria um ambiente propício aos “conflitos entre as diferentes etnias e segmentos sociais que compõem esses novos Estados” (AZEVEDO, 2009, p. 47). Neste contexto, a violência estatal pode ser utilizada contra seus próprios civis como forma de “garantir a cidadania”. Por último, a abordagem do indivíduo enquanto objeto da segurança permite que analisemos estes como

“membros de uma comunidade global que partilha das mesmas normas e valores universais, o que permite [...] uma maior interação com as novas ameaças que surgem em um mundo cada vez mais interdependente” (AZEVEDO, 2009, p. 48). Neste sentido, não há dissociação entre indivíduo, identidade e comunidade, pois as pessoas não são seres a-históricos, pelo contrário, possuem percepções e visões próprias a partir dos contextos em que se encontram e, também, da sua inserção no grupo.

Sendo o indivíduo o objeto de referência, parte-se para a necessidade de se repensar o conceito de segurança. Ken Booth em seu ensaio *Security and Emancipation*, acredita que o *status quo* pode ser desafiado e o conceito de segurança redefinido e, então, ressignifica segurança como emancipação. Pelo conceito de *survival-plus*, ele indica que a segurança vai além da sobrevivência, como a liberdade de viver sem a existência de ameaças e a criação de mais oportunidades. Para o autor

A emancipação é a libertação das pessoas (como indivíduos e grupos) das restrições físicas e humanas que a impedem de realizar o que livremente escolheriam fazer. A guerra e a ameaça de guerra são uma dessas restrições, juntamente com a pobreza e a opressão política (BOOTH, 1991, p. 319, tradução nossa).

Um dos pontos essenciais da emancipação é a ideia da reciprocidade de direitos. Com a ideia de que “minha liberdade depende da sua liberdade”, o processo de emancipação implica a quebra adicional das barreiras que perpetuamos entre a política externa e a política interna. Booth argumenta que, em meio ao cenário internacional repleto de mudanças turbulentas, é cada vez menos sustentável ver o “mundo externo” como um “domínio próprio”. Hoje em dia, as fronteiras não retêm assuntos “internos” ou “externos” (BOOTH, 1991). Questões como opressão política, rivalidade étnica, pobreza e doença podem criar instabilidades que exacerbam as tensões e a violência, sendo problemas “domésticos” com implicações internacionais, além do fato das fronteiras nacionais muito mais excluírem do que protegerem.

Outro conceito importante para a Escola Galesa é a de comunidade política. Argumenta-se que os indivíduos desejam ser livres para se expressarem e se afirmarem perante as diferenças, com o objetivo de serem considerados como iguais e viverem em comunidades. Dessa maneira, se sentem seguros ao pertencer a uma comunidade política, uma vez que possuem os mesmos direitos dos outros membros da comunidade (AZEVEDO, 2009). Cabe ressaltar que há uma conexão entre o projeto de emancipação e as comunidades políticas. A emancipação não implica em uma revolta de indivíduos ou grupos a outros grupos nacionais, afinal a emancipação se relaciona com a segurança e não se desvincula da ideia de uma política comunitária. Dessa forma, vem a ideia das comunidades emancipatórias. Para Booth, as comunidades emancipatórias exaltam a igualdade humana em um local com múltiplas identidades, na qual os “indivíduos seriam livres para se expressarem e se afirmarem no meio das diferenças, para que possam ser vistos como iguais e viverem ao mesmo tempo em várias comunidades” (AZEVEDO, 2009, p.23).

Ao lado da Escola Galesa, também a teoria feminista compõe o campo dos estudos

críticos de Segurança Internacional, possuindo similaridades na medida em que ambas contestam as definições e conceitos tradicionalmente impostos e elaborados sobre as temáticas de segurança.

A partir dos anos 1980, devido à complexidade das transformações políticas, econômicas e sociais em âmbito internacional, houve o enfraquecimento da lógica clássica de segurança, essencialmente estadocêntrica, focada no conflito bélico. O cenário pós-Guerra Fria e o surgimento de uma nova agenda global de discussões, a partir dos anos 1990, favoreceu as leituras pós-positivistas, que ganharam espaço nas análises de Segurança Internacional, preocupadas, agora, com questões como raça, gênero, etnia, classe e todas as problemáticas que podem decorrer destas perspectivas.

É neste momento, durante o terceiro debate das Relações Internacionais, entre positivistas e pós-positivistas, que o feminismo se insere nos estudos de Segurança Internacional e demais subáreas. As análises feministas partem do pressuposto de que as instituições e organizações sociais são edificadas num processo de socialização e, portanto, suas motivações criativas são questionáveis (COSTA; SELIS; SOARES, 2009). Isso porque, ao trazerem ao âmbito da segurança internacional o conceito de gênero, a teoria feminista propõe que as diferenças impostas entre os homens e as mulheres fazem parte de um discurso socialmente construído, que cria diferentes capacidades e lócus para o gênero feminino e masculino, sempre inferiorizando qualquer conceito ligado à feminilidade. Portanto, partindo de um sistema e estrutura essencialmente patriarcal, as instituições que decorrem desta também refletem essa divisão.

Nesta perspectiva, ao negarem o estudo da anarquia do sistema internacional, alegando ser esta carente de complexidade histórica e, então, com baixa possibilidade de análise de contexto, a teoria feminista parte da crítica ao modelo clássico estadocêntrico e aos conflitos militares, na medida em que estes visam a proteção primeira do aparato do Estado-nação, e não do indivíduo. E, ainda que em menor escala, a proteção das mulheres, visto que as violências pautadas no gênero perpassam todas as áreas das relações internacionais e impõem às mulheres um papel de constante subordinação. Assim, questiona-se o uso da violência para conter as ameaças à segurança, visto que o aparato militar nega, de forma sistemática, a condição do(a) outro(a) a ser contido (COSTA; SELIS; SOARES, 2009). Militarismo e guerras são, portanto, um processo empreendido pelos Estados, como forma de controle, e não eventos naturais isolados.

Dessa forma, através de uma visão feminista, o que se tem é a defesa de que os estudos de Segurança Internacional devem, preferencialmente, se estender do ambiente doméstico ao global, de forma a se ter uma melhor compreensão dos conflitos e desentendimentos que ameaçam hoje a segurança global (COSTA; SELIS; SOARES, 2009). Conseqüentemente, há a defesa do gênero enquanto uma categoria de análise, para entender os reflexos da estrutura político-econômica nacional e internacional na vida dos indivíduos e, principalmente, das mulheres. Assim como as constantes violações e constrangimentos submetidos a todos, a saber: violência sexual, física e psicológica e sequestros.

4 A CRISE HUMANITÁRIA DO POVO ROHINGYA

A seção tem como objetivo apresentar os eventos que ocorreram entre os anos de 2017 e 2019, que caracterizam a última crise humanitária no Mianmar envolvendo os Rohingya. Para tanto, faz-se uma análise a partir das perspectivas dos estudos críticos de Segurança Internacional, em particular a Escola Galesa, bem como pela lente dos Estudos Feministas. Tendo em vista as características de ambos estudos, a análise será de novos temas de Segurança Internacional: a migração forçada e as rivalidades étnicas intraestatais. Nosso objeto é o grupo étnico Rohingya e, particularmente, as mulheres da etnia. As ameaças são identificadas como sendo internas, uma vez que o próprio Estado não só falha em mantê-los seguros pela negação de cidadania plena, como seus militares se constituem como uma ameaça existencial ao grupo. Por conta disso, a segurança deveria ser mantida não pelos militares e demais ‘forças de segurança’, mas por políticas sociais e de gênero igualitárias que garantam a liberdade da população.

A conjuntura se iniciou em outubro de 2016, quando um grupo paramilitar Rohingya identificado como Harakah al-Yaqin realizou ataques a três postos policiais, matando nove oficiais de segurança do Estado. Posteriormente, em 2017, intitulando-se Exército de Salvação dos Rohingya de Arakan (ARSA), realizaram um novo ataque em 30 postos policiais e uma base militar, com 80 insurgentes e 12 oficiais mortos (FORTIFY RIGHTS, 2017). O grupo defende que suas ações foram para “chamar a atenção do mundo para o descaso e os abusos praticados pelo Estado de Mianmar contra a minoria Rohingya, bem como recuperar e conquistar direitos para a etnia” (BBC, 2017). A formação do grupo paramilitar pode ser vista pela perspectiva de os indivíduos serem sujeitos e objetos de segurança, podendo afirmar sua própria emancipação.

Em resposta a esses ataques, o Exército do Mianmar lançou “operações de remoção”, isto é, operações de combate e apreensão de militantes Rohingya. No entanto, em meio a essas operações, foram cometidos ataques sistemáticos e generalizados contra Rohingyas civis, o que fez com que a ONU considerasse o ocorrido como uma limpeza étnica. Dentre esses ataques, que ocorreram entre agosto e dezembro de 2017, forças de segurança do Estado atiraram abertamente em civis em fuga, soldados violaram e estupraram mulheres e meninas Rohingya, prenderam em massa homens e meninos e, ainda, imagens de satélites demonstraram vilas inteiras incendiadas propositalmente. Mediante essa situação, houve um grande fluxo de Rohingyas para as fronteiras com Bangladesh, fazendo com que a velocidade e a escala do fluxo resultam em uma crise humanitária (FORTIFY RIGHTS, 2017; SCHERF, GONZALEZ, 2018).

Partindo para análise, como pode ser visto na seção anterior, três conceitos interdependentes são a base da Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança: segurança, emancipação e comunidade. Quando se pensa em segurança, deve-se considerar: i) qual é o objeto de referência, isto é, a segurança de quem ou o que será assegurada e ii) quais são as ameaças que esse objeto enfrenta. Os estudos críticos de segurança constataram que a paz entre Estados não garante a segurança de sua população. Assim, o foco deixa de ser o Estado e os indivíduos e grupos passam a ser o objeto último de segurança. Com os estudos críticos,

os refugiados deixam de ser somente uma ameaça ao Estado e passam a ser o próprio objeto referencial. Esse é o caso do povo Rohingya.

Segundo Booth (1991), segurança é, empírica e teoricamente, emancipação. Emancipação é entendida como a remoção das barreiras estruturais que impedem certos grupos de total participação política ou criam situação de insegurança para os indivíduos. Desse modo, considerando o contexto do povo Rohingya, essas barreiras estruturais, ou seja, as ameaças, são observadas historicamente no Mianmar. Desde a pobreza extrema e falta de emprego na região de Rakhine; a discriminação institucionalizada que os impedem de acesso à cidadania plena e liberdade de movimento; tributação excessiva; conflitos étnicos, principalmente com a maioria budista; e, violência dos agentes públicos de segurança. Soma-se a essas ameaças a crise humanitária mais recente de 2017, quando foram expulsos de suas terras e mortos. No entanto, sua situação de insegurança e vulnerabilidade não teve fim quando se refugiaram em outros países. Nos campos de refugiados, como em Bangladesh, continuam sem acesso à saúde, educação e estão sujeitos a novas violências. Acresce o grau de insegurança para as mulheres, que além de sofrerem estupros durante as ondas de violência, de acordo com relatórios de mídia e testemunhos de refugiadas Rohingya, lidam com os altos níveis de violência baseada em gênero nos assentamentos, onde há casamentos infantis e a existência de redes criminosas que traficam mulheres e meninas para o trabalho sexual (OXFAM, 2018).

Esses são temas que não eram considerados nos estudos tradicionais de segurança. Percebe-se que a maior fonte de ameaça ao povo Rohingya não consiste na guerra ou no exército de uma nação vizinha, e sim no próprio Estado-Nação em que reside: o governo central não reconhece o uso do termo Rohingya para determiná-los; lhes é negado a cidadania plena e, conseqüentemente, aplicada a apatridia; o genocídio e perseguição, que teve seu ponto máximo em 2017, são negados; a falta de justiça aos seus perpetradores, além de grande parcela de budistas que impedem qualquer avanço na melhora da situação².

Além do mais, a visão estatista, militarizada, masculinizada e etnocêntrica de segurança traz mais prejuízos à segurança do que avanços uma vez que o esse conceito tradicional faz com que a segurança de alguns indivíduos seja em detrimento de outros (BETTS, 2014). Assim, é essencial se pensar em formas de se romper com essa lógica violenta que, por vezes, pode ser utilizada para desumanizar o outro. A escola Galesa vai considerar que sistemas de segurança baseados na insegurança alheia são insustentáveis, dessa maneira, as novas formas de organização política que dependem do diálogo, e não da ação estratégica, e a emancipação pode ser um primeiro passo para uma maior segurança de todos (ZAMARÓCZY, 2007). De forma semelhante, também a teoria feminista se opõe a este conceito tradicional de segurança, onde se constrói a visão de um inimigo de forma a justificar o seu extermínio em nome de uma falsa ideia de estar seguro, ao passo que a supressão de um grupo minoritário se perpetua (COSTA; SELIS; SOARES, 2009).

O caso empírico do povo Rohingya evidencia como a prática de segurança

2 Em 2015 os Rohingya haviam adquirido o direito temporário ao voto em referendo constitucional. No entanto, após protestos de grupos Budistas nacionalistas, o ex-primeiro ministro Thein Sein cancelou as carteiras de identidade temporárias que concediam o direito (ALBERT; MAIZLAND, 2020).

convencional falha em garantir a segurança de parcela de sua população. As forças de segurança birmanesas justificaram suas ações contra os Rohingya ao alegar que a campanha era para restabelecer a estabilidade na região oeste do país. Desse modo, através das narrativas oficiais, o governo birmanês e seu exército constituem o grupo como sub-humanos e uma ameaça aos demais grupos étnicos do país.

Além das violências tradicionais, a negação da autodeterminação de sua comunidade é uma fonte de insegurança e os afastam de sua emancipação. O termo “rohingya” não é reconhecido como uma das 135 etnias oficiais do Mianmar. Os Rohingya são considerados imigrantes ilegais de Bangladesh, embora muitos tenham suas raízes em Mianmar há séculos. Ele é um termo de autoidentificação usado desde a década de 50, o que os especialistas dizem que fornece ao grupo uma identidade política coletiva (ALBERT; MAIZLAND, 2020). Tal percepção vai de encontro com a noção de comunidade, para a Escola Galesa, e a importância da constituição de comunidades políticas e emancipatórias. A relação de segurança com a comunidade política fica clara no caso de migração forçada, quando refugiados só se sentem seguros quando têm os mesmos direitos assegurados (SCHERF; GONZALEZ, 2018; AZEVEDO, 2009).

A questão do reconhecimento da identidade da comunidade política não significa conflito com as demais comunidades no Estado, mas sim o diálogo entre as mais variadas etnias. Dessa forma, a segurança dos Rohingya depende não só de sua emancipação, mas da constituição de uma comunidade política emancipatória, que através do diálogo é capaz de conviver com as diferenças. A simples volta ao Mianmar, ou até mesmo a garantia de cidadania, não garantiriam sua segurança e promoção de direitos. A exemplo disso está a etnia Kaman.

[Os Kaman] são cidadãos de nascença e um grupo indígena reconhecido, mas cuja fé islâmica significa que muitos estão confinados em campos sem possibilidade de se locomoverem livremente ou de retornar às suas terras. A cidadania é, portanto, necessária, mas não suficiente para melhorar os direitos. O fim das políticas discriminatórias, incluindo restrições de movimento e melhoria da segurança e do estado de direito também são indispensáveis (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2014, p. 2, tradução nossa).

Apesar da atenção internacional e do esforço humanitário, nenhuma resolução definitiva está em vista. Em 2017, o governo de Mianmar e o governo de Bangladesh assinaram um acordo de repatriação dos refugiados, que deveria ser completado em dois anos. No entanto, nenhum avanço significativo foi feito. Hoje em dia, o governo do Mianmar não demonstrou inclinação de criar condições para retornos seguros ou de abordar as causas da crise. Além do mais, ainda há muitas dificuldades para que a paz seja estabelecida. Entre elas está a manutenção do mito de que os Rohingyas invadiram o país, sendo reproduzido pelos historiadores e políticos locais que negam o pertencimento dessa população àquelas terras. Além disso, tem-se o alinhamento entre os militares e a população contra os Rohingyas e, principalmente, a influência do exército birmanês na política. Além de possuírem 25% das cadeiras no Parlamento, eles controlam a política de segurança e defesa do Estado, estando sob

seu controle os Ministérios de Assuntos Internos, Defesa e Assuntos Fronteiriços (NUNES; LEONEL; SILVESTRE, 2018; SHERF; GONZALEZ, 2018).

Merece especial atenção a condição das mulheres e meninas Rohingya neste ambiente de conflito em Mianmar e migração forçada para Bangladesh. Em Mianmar, estas mulheres já sofriam graves violações de direitos e constante violência, principalmente sexual, que se acentuaram a partir de 2017. Casos de estupros, casamentos forçados e venda de mulheres para o trabalho sexual eram recorrentes. Além do fato destas estarem inseridas em uma comunidade com práticas essencialmente patriarcais, como a *pardah* - separação entre homens e mulheres, seja física ou por vestimentas. Segundo relatório da Oxfam, estas problemáticas ainda persistem em Bangladesh, as mulheres continuam sendo o alvo principal dos ataques nos campos de refugiados, sendo que muitas relatam que se sentem inseguras ao se locomoverem nestes espaços, especialmente durante à noite (OXFAM, 2018).

Uma outra problemática, neste sentido, é a falta de acesso a ambientes adequadamente higienizados. A insegurança e o medo de andarem sozinhas nos campos, somados às dificuldades de acesso às latrinas e lavatórios tem feito com que, não somente as mulheres, mas também as crianças não tenham acesso a uma alimentação satisfatória, pois evitam a ida a estes locais. Consequentemente, casos de má nutrição e aumento de infecções, como as urinárias, são cada vez mais recorrentes. (OXFAM, 2018)

Desse modo, a crítica foca na deficiência das organizações envolvidas no processo de acolhimento dos Rohingyas em pensar espaços mais inclusivos às mulheres em situação de migração forçada, de forma que sua dignidade e segurança seja garantida. Isto se torna essencial principalmente após todos os processos que levaram os Rohingyas, como um todo, à essa situação degradante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da crise de refugiados Rohingya em Bangladesh - seu principal país de destino - incentivada pelo próprio uso da violência estatal desde 1970, milhares de Rohingyas foram violados e obrigados a fugir de Mianmar. Em uma nova ordem internacional, onde a segurança estatal não é garantia de que as pessoas que ali residem estejam seguras, torna-se necessário a superação do paradigma tradicional de Segurança Internacional, que é essencialmente estadocêntrico e militarista.

Os escassos estudos sobre a crise humanitária do povo Rohingya nas Relações Internacionais giram em torno das disciplinas de Migrações Forçadas e Direito Internacional e, quando abordados pela perspectiva de segurança, prevalece a Segurança Humana. Embora sejam perspectivas relevantes, torna-se oportuno abordar a questão pelas lentes dos Estudos Críticos de Segurança, em particular a Escola Galesa e os Estudos Feministas. A questão da migração forçada nos estudos de Segurança Internacional foi, por muito tempo, vista enquanto uma ameaça à integridade estatal, no entanto, as perspectivas críticas passaram a olhar para a figura do refugiado como sujeito e objeto de segurança. Além do mais, as teorias tradicionais de Segurança Internacional são feitas por homens para homens e, portanto, a questão feminina dentro desse fenômeno tende a ser invisibilizada. Considerando que as

mulheres possuem vulnerabilidades e inseguranças particulares, os Estudos Feministas de Segurança são capazes de abordar a questão de mulheres em situação de migração forçada e apatridia, como as Rohingya, por uma nova perspectiva. Propõe-se então uma reflexão e nova forma de enxergar esse fenômeno a partir da análise de novas ameaças e novas formas de garantir a segurança, um importante passo para a produção crítica de conhecimento.

Isto posto, tendo em vista que não houve um processo de redemocratização efetivo em Mianmar, o que faz com que a militarização excessiva não garanta a segurança de seus habitantes, esses estudos trazem uma perspectiva mais abrangente aos novos desafios postos ao campo da segurança. Para a Escola Galea, que vêem a segurança como emancipação, o povo Rohingya só estará seguro quando tiver não só sua cidadania e liberdade de movimento garantidas, mas também sua participação como comunidade política, detentora de direitos iguais às demais comunidades étnicas residentes no Mianmar, de forma que nenhum indivíduo seja descaracterizado e posto em situação de subordinação. Ainda, de acordo com as análises feministas, há de se considerar as problemáticas de gênero envolvidas em todos os níveis do conflito, uma vez que a garantia da segurança das mulheres e meninas Rohingyas é sinônimo de garantia da segurança e sobrevivência de seu próprio povo.

Devemos questionar valores morais considerados universais, mas que não conseguem evitar as violações de direitos humanos presenciadas em todo o mundo. O muro construído pelas estruturas políticas dos Estados e outros atores internacionais com seus ideais de soberania e cidadania, “impedem a resolução de conflitos e a promoção da solidariedade entre membros de comunidades políticas diferentes, ou para com aqueles que não são membros de tais” (SHERF; GONZALEZ, 2018, p. 67). Além de impedir os possíveis diálogos para construir soluções práticas para os desafios da ordem internacional, há um entrave para a inserção de valores morais em nome da inclusão e para que se possa desconstruir os conceitos tradicionais, como soberania e cidadania, dos atores internacionais (SHERF; GONZALEZ, 2018).

Com a recusa do governo em permitir uma investigação credível ou mesmo o reconhecimento das causas da crise, oferecendo liberdade de movimento e um caminho claro para a cidadania, a maioria dos refugiados não irão retornar, uma vez que sempre estarão sob ameaça de um novo conflito. A menos que Mianmar tenha sucesso em criar um novo senso de identidade nacional que abranja a enorme diversidade cultural, étnica e religiosa do país, a paz e a estabilidade permanecerão evasivas, tanto para os Rohingya como para os demais grupos étnicos. Enquanto isso, é essencial para a comunidade internacional apoiar as necessidades humanitárias e de proteção das populações vulneráveis, que provavelmente ainda permanecerão por anos (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2014). Nas palavras de Booth (1991, p. 326, tradução nossa): “na busca pela emancipação, as bases da segurança real estão sendo estabelecidas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Um ano da emergência rohingya**: a crise de refugiados mais recente da Ásia merece solidariedade internacional e avanço nas soluções. 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org>.

org/portugues/2018/08/24/um-ano-da-emergencia-rohingya-a-cri-se-de-refugiados-mais-recente-da-asia-merece-solidariedade-internacional-e-avanco-nas-solucoes/ Acesso em: 25 de out. de 2019.

ALBERT, Eleanor. MAIZLAND, Lindsay. **The Rohingya Crisis**. Council on Foreign Relations, 2020. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/rohingya-crisis> Acesso em: 30 de nov. de 2020.

AZEVEDO, Thalia Lacerda de. **A escola galesa de estudos críticos de segurança: segurança como emancipação**. 2009. 92 p. Monografia (Mestrado em Relações Internacionais) - San Tiago Dantas. São Paulo.

BBC. **Rohingya crisis: Finding out the truth about Arsa militants**. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-41521268>. Acesso em: 5 de out. de 2019.

BETTS, Alexander. International Relations and Forced Migration. In FIDDIAN-QASMIYEH, Elena *et alii* (eds.). **The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 60-71.

BOOTH, Ken. Security and Emancipation. **Review of International Studies**, v. 17, n. 4, p. 313-326, 1991.

COSTA, Juliana da; SELIS, Lara M. R.; SOARES, Samuel A. De Afrodite à Meliade? O feminismo nos Estudos de Segurança. In: MATHIAS, Suzeley K. (Org.) **Sob o signo de Atena: Gênero na Diplomacia e Forças Armadas**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 205 – 227.

FORTIFY RIGHTS. Atrocity Crimes against Rohingya Muslims in Rakhine State, Myanmar. **Bearing witness report**, [S.l], p. 1-30, nov. 2017.

GOMES, Aureo de Toledo. A Escola Galesa de Estudos Críticos em Segurança Internacional: 25 anos depois. **Revista Carta Internacional**, v.12, n.1, Belo Horizonte, p.173-197, 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Japan hold Myanmar account atrocities**. 2019a. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2019/10/19/japan-hold-myanmar-account-atrocities>. Acesso em: 25 de out. de 2019

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2019: Myanmar**. 2019b. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/burma#619ec4>. Acesso em: 25 de out. de 2019

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Myanmar: The Politics of Rakhine State**. 2014. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/asia/south-east-asia/myanmar/myanmar-politics-rakhine->

state. Acesso em: 30 de nov. de 2020

NUNES, Daniel Mendes; LEONEL, Maria Eduarda Leite; SILVESTRE, Vinícius Eduardo Silvestre. A Limpeza Étnica em Mianmar e o Êxodo do Povo Rohingya. **Observatório de Conflitos Internacionais**, v. 5. n. 5. Marília, p. 1-8, out. 2018.

SANG, Dorothy. One year on: Time to put women and girls at the heart of Rohingya response. **Oxfam GB: Oxfam briefing paper**, Oxford, p. 1-25, set. 2018.

SCHERF, Erick da Luz; GONZALEZ, Rodrigo Milindre. Migração forçada e crise humanitária no Mianmar: Rohingya - Sem território, sem nação e sem direitos. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, Itajaí, v. 5 n. 10, pp. 37-73, out. 2018.

ZAMARÓCZY, Nicolas de. Book Review of Ken Booth's Edited Volume 'Critical Security Studies and World Politics' (2005). **In-Spire Journal**, jul. 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/6217026/Book_Review_of_Ken_Booths_edited_volume_Critical_Security_Studies_and_World_Politics_2005_. Acesso em: 02 dez. 2020.